

## A paróquia de São Francisco de Canindé – Parte 2

Posted on **January 01, 1970** by **Jaqueline Aragão Cordeiro**

A vila de Canindé era uma das maiores do estado, com 350 casas de tijolo e alguns edifícios, sendo o mais importante a Matriz, frequentada todos os anos por 4 a 5 mil peregrinos, que vinham de quase todos os Estados do Brasil, principalmente do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. Tinha mais uma Igreja, a de Nossa Senhora das Dores, dois cemitérios públicos, um grande prédio-edifício em ordem do Bispo Diocesano, onde estão expostos os ex-votos trazidos pelos romeiros, três pequenos açudes.

A cidade pública e o meião/ram de propriedade particular, alugados aos governos municipal e estadual. Existiam ainda duas companhias de escolas públicas para ambos os sexos, além de dois colégios particulares.

A renda do santões era de mais ou menos 350 a 400 pessoas por mês, havendo ainda, meses em que se notavam mais de mil romeiros, sendo que em outubro, durante a festa do Padroeiro, se contavam mais de três mil. Graças às doações dos fiéis, o patrimônio de São Francisco foi crescendo, onde se incluíam imóveis, dentre eles um colégio para meninos pobres e o prédio do Hospital, terras, gado e moinhos de moinho. Para administrar esses bens, foi criada a Confraria de São Francisco, em 28 de novembro de 1870. Uma mesa regedora era eleita no dia 5 de outubro de cada ano, dirigia a Confraria e prestava contas ao procurador, que passou a ser um subalterno da confraria, sob a fiscalização do Bispo, com quem também prestavam contas a cada ano.

Em 27 de julho de 1896, a Confraria foi acusada de fraudes, e o Bispo achou por bem adiar a eleição da mesa que iria administrar de 1896 a 1897. Foi constituída uma comissão por cinco cidadãos, encarregados de administrar, provisoriamente, os bens de São Francisco. Chegando o Bispo na cidade, ordenou através de ofício em 11 de novembro de 1896, que a mesa regedora entregasse os bens de São Francisco ao pároco local, visto que a comissão nomeada não aceitou essa missão.

A mesa regedora constituiu logo um advogado para defendê-los e fazer prevalecer seu domínio sobre o cofre da matriz enquanto o Vigário utilizava dos meios que podia para fazer prevalecer a ordem do Bispo. Dessa forma, implantou-se uma verdadeira balburdia na gerencia dos negócios do santo. O Bispo também constituiu advogado a fim de esclarecer e defender o seu direito na questão proposta. Essa questão, porém, em vez de seguir pelos caminhos legais, foi desviada desde o início para o lado pessoal onde se renovaram inimizades e até mesmo represália.

Devido a demora na resolução da questão, o Bispo resolveu publicar em 1 de março de 1896, uma portaria proibindo os fiéis de pôr esmolas no cofre, deveriam entrega-las diretamente ao Vigário. Essa portaria foi o que deu fim à questão. Em abril de 1897 a mesa entregou tudo que havia em seu poder, pertencente a São Francisco, ao Bispo Diocesano, este aceitou a desistência e fechou os olhos para as irregularidades nas contas e fez concessões a cerca de alguns compromissos contraídos pelos mesmos.

Em 3 de agosto do mesmo ano foi dissolvida a Confraria de São Francisco e nomeada uma comissão composta pelo Vigário, o Capelão e um cidadão idôneo, que servia de tesoureiro. Era intenção do Bispo entregar aos frades capuchinhos a administração dos bens de São Francisco, onde também deveriam educar meninos pobres e missionar a Diocese. Foi resolvido que viriam alguns frades edificar essa casa sob a direção de Frei David de Desensano. O Bispo marcou para 4 de outubro do mesmo ano a inauguração dessa casa, haja visto, que sem demora, seguiram os capuchinhos para cumprir sua missão em Canindé.

Fonte: Revista do Instituto do Ceará – Notas políticas e religiosas da Villa de Canindé Imagem: Arquivo pessoal Leia [AQUI](#) a parte 1 Jaqueline Aragão Cordeiro

Posted in: [Igrejas Do Ceará](#) | | With 1 comments